



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
 CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
 Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 02 de dezembro de 2025, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. Wander Pereira Rossette Júnior, Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda Pública desta Comarca. Eu _____, IARA DA COSTA SANTOS, Assistente Judiciário, subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0003410-37.2024.8.26.0451**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO-Liquidação / Cumprimento / Execução-Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba São Pedro e Região**
 Requerido: **Município de Piracicaba**

Juíza de Direito: Dr. Wander Pereira Rossette Júnior

Ordem nº 2024/001736

Vistos.

Trata-se de ação ordinária com pedido de tutela provisória proposta por **SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE PIRACICABA, SÃO PEDRO E REGIÃO** em face do **MUNICÍPIO DE PIRACICABA**, ambos já qualificados, visando ao reconhecimento de que os dias de afastamento motivados por suspeita ou contaminação por Covid-19, no curso do ano de 2021, não poderiam ser considerados como ausências para fins de cálculo da gratificação anual instituída pela Lei Municipal nº 6.568/2009 e alterações, com a consequente condenação do réu ao pagamento das diferenças devidas. A parte autora sustenta, em síntese que os substituídos são empregados públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, sob regime da CLT. Aduziu que no ano de 2021, diversos servidores precisaram se afastar do trabalho por suspeita ou confirmação de Covid-19, em cumprimento às determinações sanitárias. Em razão desses afastamentos, o Município reduziu ou suprimiu o pagamento da gratificação anual de assiduidade. Alegou que a Lei Federal nº 13.979/2020 (art. 3º, §3º) dispõe que os afastamentos decorrentes das medidas de isolamento e quarentena constituem faltas justificadas, não podendo implicar prejuízo ao trabalhador. Dessa forma, requereu o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
 CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
 Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

reconhecimento de que os dias de afastamento por Covid-19 devam ser considerados como de efetivo exercício, afastando-se sua contagem como falta para fins de redução da gratificação anual, com o pagamento das diferenças daí decorrentes. Juntou documentos.

O Município apresentou contestação refutando todos os pedidos autorais e requereu a improcedência dos pedidos. Juntou documentos.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

A controvérsia não versa sobre a criação de nova gratificação ou vantagem remuneratória, mas sobre a forma de cálculo de gratificação já instituída pelo Município, especificamente quanto à possibilidade de considerar, como “ausências” aptas a reduzir o benefício, os dias de afastamento compulsório por suspeita ou contaminação por Covid-19, no ano de 2021.

A base normativa municipal relevante é, em especial, a Lei nº 6.568/2009 (e suas alterações: Leis nº 6.964/2010, 8.233/2015 e 8.344/2015), que: instituiu gratificação anual a docentes, monitores e integrantes das classes de suporte pedagógico à docência em exercício nas unidades escolares e na estrutura da Secretaria Municipal de Educação, previu que a gratificação é devida uma vez ao ano, como vantagem pecuniária, condicionada ao número de ausências no período de fevereiro a dezembro e estabeleceu, em seu art. 2º, as hipóteses em que as ausências não são computadas para fins de redução da gratificação (férias, licenças-maternidade, paternidade, adoção, nojo, gala, acidentes de trabalho e comparecimentos obrigatórios por lei).

Posteriormente, a Lei nº 9.687/2021 alterou a redação do art. 2º, para incluir, entre as ausências desconsideradas, aquelas “em decorrência da pandemia, em que o trabalhador for afastado de suas funções por atestado médico devido suspeita ou contaminação” (Covid-19).

Essa lei, contudo, foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2300939-38.2021.8.26.0000, julgada procedente pelo Órgão Especial do TJSP, declarando-se sua inconstitucionalidade por vício de iniciativa, com fundamento na competência privativa do Chefe do Poder Executivo para propor leis que versem sobre remuneração e regime jurídico de servidores municipais.

Portanto, a Lei nº 9.687/2021 não pode ser aplicada como fundamento autônomo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
 CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
 Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

da pretensão. A discussão recai, assim, sobre a interpretação da Lei nº 6.568/2009 (e alterações) à luz da legislação federal de enfrentamento à pandemia e da Constituição Federal, em especial quanto aos afastamentos impostos pela Covid-19 no ano de 2021.

O sindicato autor atua como substituto processual da categoria que representa, buscando direito de natureza patrimonial decorrente de relação de trabalho. Em tese, nada obsta a utilização da via coletiva para a defesa de direitos individuais homogêneos, desde que haja identidade de causa de pedir e homogeneidade mínima dos fatos, como ocorre no presente caso (docentes e demais profissionais da educação municipal que, no período de 2021, tiveram afastamentos específicos por Covid-19 e foram prejudicados no cálculo da gratificação anual).

Há utilidade e necessidade da tutela jurisdicional, na medida em que o alegado prejuízo pecuniário decorre de ato administrativo de aplicação da legislação municipal em contexto excepcional (pandemia), o que exige controle de legalidade e de conformidade constitucional.

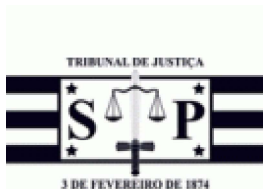
Presentes, pois, legitimidade e interesse de agir.

Da leitura conjunta da Lei nº 6.568/2009, da Lei nº 6.964/2010, da Lei nº 8.233/2015 e da Lei nº 8.344/2015, extrai-se que a gratificação anual tem natureza de vantagem pecuniária vinculada à assiduidade, calculada com base em percentuais sobre o piso salarial, conforme tabelas de proporcionalidade; o período de avaliação vai, em regra, de fevereiro a dezembro de cada exercício; o número de ausências no período determina o percentual da gratificação; o legislador municipal explicitou algumas hipóteses em que a ausência não prejudica a gratificação (férias, licenças legalmente previstas, acidentes de trabalho e comparecimentos obrigatórios).

Em condições normais, portanto, faltas comuns e afastamentos não contemplados no rol legal podem ser considerados para reduzir a gratificação, conforme a lógica de incentivo à presença contínua.

Contudo, a situação aqui analisada não se refere a ausências ordinárias, mas a afastamentos específicos, ocorridos em contexto de emergência sanitária mundial, sob regime jurídico federal próprio.

A Lei Federal nº 13.979/2020, editada para enfrentar a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, estabeleceu, em seu art. 3º, diversas medidas compulsórias (isolamento, quarentena, exames, etc.), e dispôs expressamente: *§ 3º Será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
 CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
 Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

das medidas previstas neste artigo.

Entre essas medidas estão, justamente, o isolamento de pessoas doentes ou contaminadas, destinado a evitar a propagação do vírus; a quarentena para pessoas suspeitas de contaminação.

Ou seja, o trabalhador que, por motivos médicos relacionados à Covid-19, foi afastado de suas funções, por determinação de autoridade sanitária ou com respaldo na legislação emergencial, não tinha liberdade jurídica para comparecer ao trabalho. O afastamento foi imposto ou fortemente determinado pelo Poder Público, visava à proteção da saúde coletiva, e é qualificado pela lei federal como falta justificada, tanto no serviço público quanto na atividade privada.

Negar consequência a essa qualificação legal e tratar tais ausências como faltas comuns, associando-lhes efeito sancionatório pecuniário, seria esvaziar a própria ratio da Lei nº 13.979/2020, que, ao reconhecer a falta justificada, pretendeu justamente evitar que o trabalhador fosse punido por cumprir determinação sanitária.

Ademais, a Lei Municipal nº 6.568/2009 não poderia, mesmo antes da pandemia, contrariar a legislação federal em matéria de direitos trabalhistas mínimos e proteção à saúde, nem poderia ser interpretada de forma a desincentivar o cumprimento de ordens de isolamento, induzir servidores infectados a comparecerem ao ambiente escolar, para não sofrer redução remuneratória, gerar tratamento punitivo em razão de adoecimento em contexto de pandemia, em afronta ao direito à saúde (arts. 6º e 196 da CF) e ao dever de proteção da coletividade.

Durante a pandemia, os afastamentos por Covid-19 não se confundem com as ausências voluntárias ou com faltas injustificadas. tratam-se de faltas justificadas por determinação legal federal, com conteúdo de proteção da saúde pública.

Diante disso, a interpretação adequada da legislação municipal deve observar, simultaneamente a hierarquia normativa (lei federal que regula emergência sanitária e qualifica os afastamentos), os direitos fundamentais à saúde e ao trabalho em ambiente seguro, o princípio da razoabilidade, que veda sanções indiretas desproporcionais e a finalidade da gratificação, que é fomentar a assiduidade em condições normais, não punir o servidor que cumpre ordem de afastamento médico-legal.

Assim, impõe-se interpretar o art. 2º da Lei nº 6.568/2009 conforme a Constituição e a Lei nº 13.979/2020, de modo a não considerar, como ausências para fins de redução da gratificação anual, os afastamentos decorrentes das medidas legais de enfrentamento da Covid-19



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

(isolamento/quarentena) devidamente comprovados no período em que a legislação federal esteve em vigor e aplicável (ano de 2021).

Não se está ampliando arbitrariamente o rol legal, mas reconhecendo que, no período excepcional da pandemia, os afastamentos por Covid-19 eram juridicamente equiparados a faltas justificadas, incompatíveis com um tratamento sancionatório remuneratório.

É importante ressaltar, que o Órgão Especial do TJSP, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2300939-38.2021.8.26.0000, declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 9.687/2021 por vício de iniciativa, por entender que a Câmara Municipal não poderia, por lei de iniciativa parlamentar, disciplinar remuneração e regime jurídico de servidores.

Tal decisão retira a eficácia da Lei nº 9.687/2021 enquanto lei autônoma, porém, não impede, todavia, que o Poder Judiciário, no exame de caso concreto, realize interpretação conforme da legislação anterior (Lei nº 6.568/2009 e alterações) frente à Constituição e à legislação federal de regência da pandemia.

Ou seja, o presente julgamento não se fundamenta na Lei nº 9.687/2021, cuja inconstitucionalidade formal é reconhecida, mas sim na Lei Municipal nº 6.568/2009 (vigente e válida), na Lei Federal nº 13.979/2020 (aplicável durante a emergência sanitária) e na Constituição Federal.

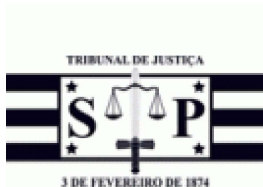
A menção à Lei nº 9.687/2021 apenas evidencia que o próprio Poder Legislativo Municipal, à época, percebeu a necessidade de ajustar a disciplina da gratificação ao contexto da pandemia, mas esse dado histórico não é o fundamento jurídico da procedência, que repousa na conjugação entre a lei municipal originária, a lei federal de emergência sanitária e os direitos fundamentais.

Não há, portanto, afronta à decisão proferida na ADI, tampouco reintrodução de lei inconstitucional por via transversa. O que se faz é assegurar que a aplicação da Lei nº 6.568/2009 não produza, no caso concreto, resultado incompatível com o ordenamento jurídico superior.

Assim, a parcial procedência do pedido é medida que se impõe.

Sobre o período de restrição a ser considerados, são os afastamentos ocorridos no exercício de 2021, que é o período fático descrito na inicial, durante o qual ainda vigoravam as normas federais de emergência sanitária.

Quanto a causa do afastamento deve ser considerado apenas os dias em que o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

servidor se afastou especificamente em razão de suspeita ou contaminação por Covid-19, com fundamento em atestado médico ou determinação administrativa correlata, nos termos da Lei nº 13.979/2020.

A apuração do direito individual de cada substituído deve ocorrer em liquidação de sentença, mediante comprovação documental (atestados, registros funcionais, folhas de frequência), demonstrando que o servidor integrava o rol de beneficiários da gratificação (docentes, monitores e classes de suporte pedagógico à docência, nos termos das leis municipais); que recebeu valor inferior em razão da contagem de ausências diretamente vinculadas à Covid-19; e qual seria o percentual devido se tais dias fossem considerados de efetivo exercício.

Quanto à natureza da condenação não se trata de instituir nova gratificação nem de assegurar pagamento em hipóteses não previstas em lei. Trata-se de recalculer a gratificação já existente, afastando-se apenas a contagem de determinados afastamentos (legalmente justificados) como “faltas” para fins de redução do benefício.

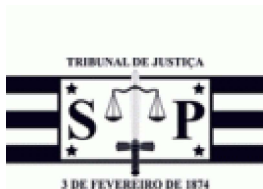
Acerca dos reflexos da gratificação, por sua própria disciplina, é vantagem paga uma vez ao ano, atrelada ao piso salarial. Eventuais reflexos sobre outras parcelas deverão ser analisados, se expressamente pleiteados e comprovados, na fase de liquidação/cumprimento, segundo a natureza jurídica que se lhes reconheça na legislação municipal.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por **SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE PIRACICABA, SÃO PEDRO E REGIÃO** em face do **MUNICÍPIO DE PIRACICABA**, para:

a) reconhecer que os dias de afastamento dos substituídos, no exercício de 2021, decorrentes de suspeita ou contaminação por Covid-19, quando enquadrados nas medidas previstas no art. 3º da Lei Federal nº 13.979/2020 e devidamente comprovados, devem ser considerados como dias de efetivo exercício para fins de cálculo da gratificação anual instituída pela Lei Municipal nº 6.568/2009 e alterações, não podendo ser computados como ausências aptas a reduzir o benefício;

b) condenar o Município réu a proceder ao recálculo da gratificação anual devida aos substituídos, relativamente ao exercício de 2021, desconsiderando, para fins de proporcionalidade, as ausências justificadas por Covid-19, nos termos da alínea “a”;

c) condenar o Município ao pagamento das diferenças pecuniárias apuradas em favor dos substituídos, em liquidação de sentença, observada a prescrição quinquenal, com atualização monetária e juros de mora segundo os critérios aplicáveis às condenações impostas à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PIRACICABA
FORO DE PIRACICABA
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Bernardino de Campos, 55, Sala 16 - Bairro dos Alemães
CEP: 13417-901 - Piracicaba - SP
Telefone: (19) 3372-3351 - E-mail: piracicabafaz@tjsp.jus.br

Fazenda Pública, conforme legislação de regência.

A ação é improcedente quanto a qualquer pretensão que extrapole o exercício de 2021 ou que pretenda conferir à gratificação disciplina diversa da aqui fixada (como criação de vantagem nova ou regime permanente desvinculado da legislação federal de emergência sanitária).

Pela sucumbência majoritária do réu, condeno o Município de Piracicaba ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em liquidação (art. 85, §3º, do CPC).

Sentença sujeita ao reexame necessário.

Intime-se.

Piracicaba, 02 de dezembro de 2025.

Wander Pereira Rossette Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**